



**Destaque Rural nº 96**

10 de Agosto de 2020

## **(RE) PENSAR O EMPODERAMENTO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE: ALGUMAS NOTAS**

**Aleia Rachide Agy<sup>1</sup>**

### **1. INTRODUÇÃO**

Um dos conceitos mais controversos nos actuais debates sobre género é o de empoderamento, que tem surgido associado à mulher. Existe uma complexidade de definições e percepções a seu respeito. Afinal, não existe uma receita única ou modelo prescrito, formas universais de capacitação ou processos lineares com o início e final estabelecidos, da mesma maneira, para diferentes mulheres ou grupos de mulheres. O sentido de empoderamento possui uma relativa carga de subjectividade, podendo variar de indivíduo para indivíduo, grupo ou sociedade, de acordo com os sistemas de valores e as normas culturais prevalecentes.

Em termos sociológicos, distinguem-se duas instâncias em que se pode analisar o empoderamento da mulher: a esfera privada, da família, e a esfera pública, ambas a ser tratadas neste documento. Na tentativa de sistematizar, pode-se considerar uma mulher empoderada como aquela que reúne um conjunto de competências e recursos, e que consegue participar de forma igual e democrática no processo de tomada de decisão.

Este Destaque Rural traz algumas reflexões sobre o conceito e as acções em prática pelo Governo e Sociedade Civil, visando o empoderamento da mulher no contexto moçambicano. As reflexões baseiam-se em dados empíricos e estudos realizados pelo OMR em torno das questões de género.

### **2. DE SUBMISSAS A EMPODERADAS?**

Após uma tendência secular em considerar as mulheres como o “sexo mais fraco”, assistimos, actualmente, a uma tendência reivindicativa do lugar e do papel da mulher na sociedade. Este cenário não é exclusivo de Moçambique. Atestam-no o crescimento e florescimento, um pouco por todo o mundo, de movimentos feministas ou defensores da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Apesar de alguns avanços verificados, em Moçambique as acções atinentes ao empoderamento das mulheres ainda se ressentem do forte peso do patriarcado e dos sistemas de valores que atribuem aos homens um lugar privilegiado no exercício do poder e na tomada de decisões. De facto, as evidências indicam que as mulheres tendem a ser excluídas, a nível familiar, e não priorizadas no acesso à educação, sendo a sua imagem associada a domesticidade e ao cuidado da criança, particularmente em contextos rurais. Ademais, quando se trata de espaços públicos ou campo político, as mulheres tendem a não participar activamente nos processos de tomada de decisão e a sua acção é, maioritariamente, de “participante passiva”.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos sobre as Mulheres - Género Cidadania e Desenvolvimento, pela Universidade Aberta de Lisboa. Pesquisadora Assistente no Observatório do Meio Rural.

Nos últimos dez anos, verifica-se uma tendência de incorporação das questões sobre o empoderamento das mulheres nos Planos Quinquenais do Governo de Moçambique, bem como nos planos estratégicos dos Ministérios, visando a promoção da educação, saúde, emprego, redução da pobreza e assimetrias de género. Em 2019, foi divulgado, pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social (MGCAS), o Programa Nacional de Empoderamento Económico da Mulher (PROMULHER), que tem como objectivo impulsionar e desenvolver o empreendedorismo, acesso ao emprego decente e auto-emprego pelas mulheres, contribuindo para a igualdade de direitos e de oportunidades económicas. O programa é inovador, pois incorpora diferentes tipologias de mulheres e diferentes pilares de intervenção. Porém, para o caso das mulheres rurais existem alguns desafios.

Considere-se que 53% das mulheres no país vivem no meio rural, onde a média de crianças por mulheres é de 5 e elas estão encarregues pelo seu cuidado. A principal actividade é a agricultura, marcada por dificuldades, onde os pequenos produtores, sobretudo mulheres, têm um reduzido acesso aos recursos que poderiam contribuir para aumentar a sua produtividade, além de barreiras sociais, institucionais e legais. A isto, acresce o facto de o acesso aos recursos vitais, como a terra e floresta, ser frequentemente definido por costumes patriarcais que desconsideram as mulheres. Por outro lado, os insumos (como sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, equipamentos ou mão-de-obra agrícola remunerada) não estão ao alcance da esmagadora maioria dos camponeses, mas com maior incidência das mulheres camponesas. O seu poder económico está, muitas vezes, limitado ao acesso aos recursos monetários provenientes da agricultura, actividade geradora de baixo rendimento, facto que, muitas vezes, contribui para que as mulheres tenham menos poder que os homens. Por outro lado, a maior parte das culturas de rendimento, bem como a economia familiar, está, tradicionalmente, sob o controlo do homem, incluindo as decisões sobre o uso da terra, gado, etc. Ao nível da participação socio-política, verifica-se que, em muitos contextos rurais, a sua participação nos processos de tomada de decisão está condicionada por relações de género, assim como de parentesco ou de idade, pelo que a vida política tende a ser organizada verticalmente de acordo com lógicas de poder patriarcal.

### 3. ALGUMAS NOTAS SOBRE O EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS

O cenário descrito mostra que as mulheres no meio rural enfrentam diferentes barreiras de ordem cultural, social, política e económica. Mas, mesmo com as adversidades, elas não deixam de adquirir habilidades que as conduzem ao empoderamento. O seu alcance passa pelas dinâmicas de vida social onde, através da família e formação, as mulheres conseguem adquirir habilidades; pela posse de recursos de poder económico sob o seu controlo; bem como, pelo seu relacionamento com o exterior, que possibilita a sua participação política nos processos de tomada de decisão:

- i) Para as mulheres, **a família** rural é um lugar de pertença e de transmissão de poderes, onde, muitas vezes, as mulheres são tidas como figuras subalternas. As suas funções, dentro e fora do agregado familiar, estão, muitas vezes, limitadas pelas tradições, tabus e costumes. Porém, é na família onde a sua acção é constantemente expressa, seja através da realização ou distribuição de tarefas, por meio da sua condição civil, pelo número de crianças que tem, ou, até mesmo, pelos ensinamentos transmitem às crianças e cuidados que prestam aos idosos. É na família onde as mulheres mais exercem o seu **poder de decisão**, através da sua participação activa na gestão e resolução de problemas dos membros da família alargada, sobretudo em agregados familiares monoparentais.

- ii) A **educação** contribui para a transmissão de conhecimentos críticos importantes para o empoderamento das mulheres. No meio rural, a diferença encontra-se, sobretudo, em mulheres que conseguem completar o ensino secundário. As instituições de ensino, existentes no meio rural, constituem o principal meio de transmissão de conhecimento. Todavia, o número de raparigas que consegue concluir o ensino primário é ainda residual. A maioria (62,4%) das mulheres com 15 e mais anos de idade não sabe ler, nem escrever<sup>2</sup>, ainda que algumas consigam completar o ensino primário. A frequência do ensino secundário constitui um desafio (a taxa bruta de escolarização é de 35,8%). Por um lado, as escolas existentes localizam-se nas vilas sede dos distritos, dificultando o acesso da população estudantil. Por outro lado, os recursos financeiros necessários para o pagamento de matrículas, de uniforme e material escolar, são quase inexistentes nos agregados familiares que, nesses casos, optam pela não-escolarização das crianças. As raparigas percorrem o caminho do casamento e os rapazes o caminho dos pequenos negócios. Na presença deste cenário, ONGs, através de programas em coordenação com o Governo e Organizações da Sociedade Civil, por meio de **grupos associativos** contribuem para a redução da iliteracia entre as mulheres. Por intermédio de algumas instituições de ensino e associações são realizados programas de alfabetização de adultos, de troca de experiências e de aquisição de conhecimento, seja ele sobre trabalhos na produção agrícola, seja sobre sistemas de poupança, ou até de participação política. Nestes grupos, as mulheres empoderam-se, pois conseguem dar “voz” às dificuldades enfrentadas no processo produtivo, na vida familiar e na comunidade. Além disso, contribuem com soluções para os seus problemas.
- iii) Com baixos níveis de escolaridade, fraca experiência profissional e baixos rendimentos, as necessidades diárias conduzem as mulheres à **pluriactividade**, marcada pelo complemento da actividade agrícola com pequenos negócios (compra e venda de produtos e confecção de alimentos e bebidas tradicionais). Estas actividades geram rendimentos importantes que, muitas vezes, estão sob o seu poder e garantem a subsistência familiar.
- iv) No meio rural, a **posse de terra** constitui um factor de poder para as mulheres que têm como principal actividade a agricultura e que vivem com base nos recursos que a terra oferece (água, lenha, tubérculos, folhas medicinais, entre outros). Para as mulheres, a posse do título do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), além de permitir a sua posse, garante a segurança e controlo sobre eventuais benfeitorias estabelecidas na terra. Porém, este constitui um desafio para a maioria das mulheres, seja pelos processos burocráticos, seja pelos elevados custos de tramitação e, também, por questões culturais ligadas à herança dentro da família;
- v) **As relações com o exterior**, que são estabelecidas com o Estado, partidos políticos e associações, conferem às mulheres melhor posição de negociação e de aquisição de apoios técnicos e financeiros, bem como possibilitam uma maior acção política ao nível da comunidade. Apesar de a sua participação ser mais passiva e espectadora de mensagem políticas em reuniões, a verdade é que através destas ligações, sobretudo com os movimentos associativos, as mulheres conseguem participar activamente em movimentos políticos, absorvendo recursos externos, como subsídios, créditos e doações a fundo perdido, quer por intermédio do Governo, quer por intermédio de ONGs ou agências de desenvolvimento internacionais. Através das relações com o exterior, as

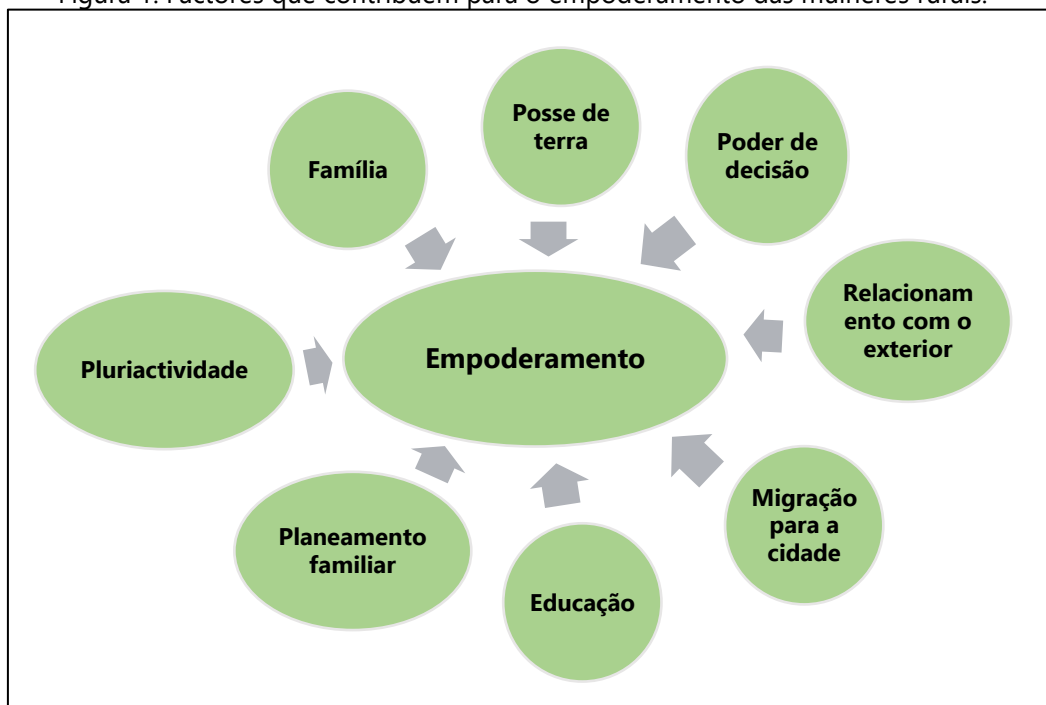
---

<sup>2</sup> INE. Mulheres e Homens em Moçambique 2018. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Jerry/Downloads/Mulheres%20e%20homens-%202018%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Jerry/Downloads/Mulheres%20e%20homens-%202018%20(4).pdf)

mulheres obtêm respostas para inquietações sociais, políticas, económicas e culturais e encontram formas de encaminhar, a quem de direito, assuntos que estão fora do seu alcance de resolução.

- vi) Politicamente, as mulheres estão fortemente representadas em marchas relacionadas com o dia das mulheres ou com programas de saúde, onde transmitem mensagens contra violência e de apoio e luta contra as doenças que afectam as mulheres.
- vii) **A migração para as cidades**, na busca de assalariamento ou de serviços (principalmente de educação e saúde), acelera fortemente o empoderamento das mulheres. Por um lado, o assalariamento proporciona melhores rendimentos as mulheres, por outro lado, o acesso aos serviços melhora a sua condição de vida, permitindo, no caso da saúde, por exemplo, um maior envolvimento nos programas de **planeamento familiar**, acção importante que contribui para a diminuição da taxa de fecundidade.

Figura 1: Factores que contribuem para o empoderamento das mulheres rurais.



Fonte: Criação livre da autora.

#### 4. NOTAS FINAIS

O contexto social que envolve a mulher é particular e as dinâmicas externas que afectam o seu meio são diferentes. Quando empoderadas, elas conseguem exigir igualdade de direitos, equidade de género nos diferentes ramos de saber, buscam por um meio rural mais democrático, onde conseguem participar, agir e tomar decisões sobre o que é importante para si bem, como retardar a idade do seu casamento, a idade em que concebem a sua primeira criança, bem como reduzir o número de filhos/as que têm<sup>3</sup>. Neste sentido, sugere-se um conjunto de medidas que passem pela integração de vários sectores, como a educação, a saúde, a justiça e a economia,

<sup>3</sup> Tal como revelam estudos de Kabber, N. (1999). Resources, Agency, Achievements, Reflections on the measurement of women's empowerment. Oxônia: Blackwell Publisher.

com vista a reduzir as assimetrias sociais de género e contribuir para uma sociedade mais igualitária e empoderada, nomeadamente:

- Maior investimento na educação de qualidade, garantindo a participação das meninas no ensino primário e secundário. As medidas incluem o alargamento da oferta educativa, melhoria das infra-estruturas de ensino e investimento na formação do corpo docente;
- Atribuição de apoios à produção agrícola ou à criação de negócios que sejam complementares à sua actividade principal;
- Redução da burocracia e dos valores de tramitação no acesso ao DUAT e garantir que as mulheres participem activamente nos processos de distribuição e delimitação de terra. Trata-se, ainda, de garantir que as mulheres devam estar presentes em todas as discussões sobre políticas de terra e propor medidas que sejam importantes para as suas vidas;
- Fomentar a organização em grupos associativos, que se repliquem e apoiem as boas iniciativas de mulheres associadas;
- Alargar os processos de planeamento familiar, libertando tempo e recursos para o empoderamento da mulher e reduzindo a pobreza nas segundas gerações.